



## EDITAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL Nº 01/2026

**OBJETO:** PROVIMENTO DE 02 (DUAS) VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DESTINADAS A PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, POR PRAZO DETERMINADO, PARA ATUAÇÃO NA AÇÃO ESCOLA DE PROJETOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE, EM CONSÔNCIA COM PROGRAMA 12 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE.

**REFERÊNCIA:** SELEÇÃO DE PESSOAL – RESOLUÇÃO ANA Nº 28/2020

GOVERNADOR VALADARES, 2026.

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. INFORMAÇÕES GERAIS.....	7
2.1 BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE.....	7
2.2 OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA.....	9
2.3 A AGEVAP - ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL.....	12
2.4 PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL.....	17
2.5 ESCOLA DE PROJETOS.....	18
3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	22
4. DO CARGO, VAGA, LOCAL DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS EXIGIDOS.....	23
5. DAS INSCRIÇÕES.....	25
6. DO EDITAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL.....	29
7. 1º ETAPA: ANÁLISE DO CURRÍCULO E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.....	29
8. 2º ETAPA: ENTREVISTA PESSOAL ESTRUTURADA.....	32
9. DA CLASSIFICAÇÃO.....	33
10. DOS RECURSOS.....	34
11. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO.....	36
12. DO FORO JUDICIAL.....	40
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	40
ANEXO I – DETALHAMENTO DOS CARGOS.....	42
ANEXO II - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA ANÁLISE DO CURRÍCULO E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE EXPERIÊNCIA.....	53
ANEXO III - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	60
ANEXO IV - FORMULÁRIO DE CURSOS.....	68
ANEXO V - FORMULÁRIO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.....	70



ANEXO VI - FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO À COMISSÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL Nº 01/2026 .....	72
ANEXO VII – CRONOGRAMA .....	73



## 1. APRESENTAÇÃO

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, Filial de Governador Valadares/MG (AGEDOCE), considerando o disposto na Resolução ANA nº 28, de 01 de junho de 2020, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 10.881, de 09 de junho de 2004, torna pública a abertura de Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026 para contratação temporária de 02 (dois) profissionais de nível superior e formação de Cadastro de Reserva (CR) que atuarão na ação Escola de Projetos do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Doce (CBH Doce) no território da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

A AGEDOCE é uma entidade associativa de direito privado, com fins não econômicos, desvinculada da Administração Pública. Neste sentido, apesar de realizar o presente processo seletivo simplificado para tornar mais transparente seu processo de contratação, registra que não tem o dever de realizar concurso público nos termos previstos pelo art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, para o ingresso em seu quadro de pessoal, ato diferenciado do ora executado, não acarretando, portanto, qualquer tipo de estabilidade ou necessidade de motivação de seus atos de admissão.

O Regulamento de Seleção de Pessoal da AGEVAP, de 24 de fevereiro de 2021, que estabelece as regras do Edital de Seleção de Pessoal para o preenchimento de vagas para pessoal administrativo e técnico está disponível no site da AGEVAP, que pode ser acessada no seguinte link: [agevap.org.br/resolucoes/2021/conselho-de-administracao/171.pdf](http://agevap.org.br/resolucoes/2021/conselho-de-administracao/171.pdf).

A Deliberação Normativa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) nº 83/2020, emitida, “*ad referendum*”, em 15 de abril de 2020, e referendada durante a 43ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada no dia 23 de julho de 2020, aprovou a indicação da AGEVAP para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

A Resolução nº 212, de 28 de agosto de 2020, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) aprovou a delegação de competência à AGEVAP para o exercício de funções inerentes à Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

No dia 21 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 34/2020 e, no dia 30 de dezembro de 2020, seus respectivos Termos Aditivos, entre a AGEVAP e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com anuência do CBH Doce, para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

A Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020, dispõe sobre o enquadramento das despesas a ser observado pelas entidades delegatárias das funções de Agências de Água, referentes à aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União, no âmbito dos contratos de gestão firmados nos termos da Lei Federal nº 10.881, de 9 de junho de 2004.

A atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH Doce) e o Enquadramento dos Corpos de Águas Superficiais Federais em Classes de Qualidade Segundo seus Usos Preponderantes na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (2023-2042) foram aprovados pela Plenária do CBH Doce, por meio da Deliberação Normativa nº 113, de 18 de agosto de 2023.

Com a atualização do PIRH Doce, o Programa Escola de Projeto renomeado para **Ação 12.2.1 – Manter a Escola de Projeto e do desenvolvimento de suas atividades como apoio à implementação do PIRH**, inserido no Programa 12 – Fortalecimento Institucional.

No dia 09 de dezembro de 2025 foi aprovada em Plenária a Deliberação Normativa do CBH Doce nº 131, por meio da qual foi instituído o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PAP-Doce) para o período de 2026 a 2030.

O PAP-Doce 2026-2030 prevê, para a execução dos programas priorizados, a continuidade da Escola de Projetos, em atendimento à Lei Federal nº 9.433/1997, com o objetivo de acompanhar, monitorar, apoiar e executar as ações de:



- a) Acompanhamento e monitoramento da implementação do Plano de Recursos Hídricos (PRH);
- b) Implementação do Programa de Efetivação do Enquadramento;
- c) Acompanhamento e monitoramento das metas do Programa de Efetivação do Enquadramento;
- d) Estudos de fundamentação para a atualização dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- e) Desenvolvimento, implantação, manutenção ou atualização de sistemas de alerta a cheias e inundações;
- f) Desenvolvimento, implantação, manutenção ou atualização de salas de situação;

Estudos, planos, projetos e obras para implantação, expansão ou adequação de estruturas hidráulicas para contenção de inundações ou alagamentos ou regularização de descargas;

- g) Estudos, planos, projetos e obras para implantação, expansão ou adequação de estruturas hidráulicas para aumento da segurança hídrica;
- h) Elaboração, revisão ou atualização dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);
- i) Estudos, planos, projetos ou obras para implantação, expansão e adequação de sistemas de efluentes domésticos;
- j) Estudos, planos, projetos, obras ou serviços para controle e redução de perdas de água em sistemas públicos de distribuição;
- k) Estudos, planos, projetos e obras para implantação, expansão ou adequação de plantas de abastecimento de água;

- l) Estudos, planos, projetos e intervenções destinadas à recuperação ou conservação da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ou outras áreas voltadas à proteção dos recursos hídricos (Implantação e monitoramento da Iniciativa RIO VIVO);
- m) Estruturação, desenvolvimento e realização de programas e projetos destinados a pagamentos por serviços ambientais (PSA) de proteção dos recursos hídricos.

Desta forma, a AGEDOCE, publica o presente Edital de Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026, para que surtam seus legais efeitos.

## **2. INFORMAÇÕES GERAIS**

### **2.1 BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE**

A bacia hidrográfica do rio Doce possui área de drenagem de 86.715 quilômetros quadrados, dos quais 86% estão no Leste mineiro e 14% no Nordeste do Espírito Santo.

O rio Doce é formado pelo encontro dos rios Xopotó, Piranga e do Carmo, que possuem nascentes nas Serras da Mantiqueira e Espinhaço, nos municípios de Desterro do Melo, Ouro Preto e Ressaquinha (Minas Gerais), respectivamente.

O rio Doce percorre cerca de 850 quilômetros, até desaguar no oceano Atlântico, no povoado de Regência (município de Linhares). O relevo da bacia é ondulado, montanhoso e acidentado.

No passado, uma das principais atividades econômicas foi a extração de ouro, que determinou a ocupação da região e, ainda hoje, o sistema de drenagem é importante em sua economia, fornecendo água para uso doméstico, agropecuário, industrial e geração de energia elétrica. Os rios da região funcionam, ainda, como canais receptores e transportadores de rejeitos e efluentes.

Conforme o último censo do IBGE, de 2010, a bacia hidrográfica do rio Doce apresentava, naquele ano, uma população de 3,4 milhões de habitantes, concentrando 1,7% da população brasileira. De acordo com projeções realizadas pelo Atlas Águas, e com base nos dados dos setores censitários desse censo demográfico, atualmente, a bacia possui uma população de aproximadamente 3,67 milhões de habitantes, que está distribuída em 228 municípios, sendo 200 mineiros e 28 capixabas.

Mais de 85% desses municípios têm até 20 mil habitantes e cerca de 73% da população total da bacia concentra-se na área urbana, segundo dados de 2007. Nos municípios com até 10 mil habitantes, 47,75% da população vive na área rural.

A atividade econômica na área é diversificada. Na agropecuária, lavouras tradicionais, cultura de café, cana de açúcar, criação de gado de corte e leiteiro, suinocultura, dentre outras. Na agroindústria, sobretudo a produção de açúcar e álcool.

Dentre as bacias hidrográficas afluentes, as dos rios Piranga e Piracicaba possuem o maior Produto Interno Bruto (PIB) industrial e concentram aproximadamente 48% da população total. A região possui o maior complexo siderúrgico da América Latina, ao qual estão associadas empresas de mineração e reflorestadoras.

Destacam-se, ainda, indústrias de celulose e laticínios, comércio e serviços voltados aos complexos industriais, bem como geração de energia elétrica, com grande potencial de exploração.

Possuindo rica biodiversidade, a bacia hidrográfica do rio Doce tem 98% de sua área inserida no bioma Mata Atlântica, um dos mais importantes e ameaçados do mundo. Os 2% restantes estão inseridos no bioma Cerrado.



Pode ser considerada privilegiada, ainda, no que se refere à grande disponibilidade de recursos hídricos, mas há desigualdade entre as diferentes regiões da bacia. A Figura 1, a seguir, apresenta a delimitação da bacia hidrográfica do rio Doce.



Figura 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

## 2.2 OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), antes do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, constituem o “Parlamento das Águas”, espaço em que representantes da comunidade de uma bacia hidrográfica discutem e deliberam a respeito da gestão dos recursos hídricos, compartilhando responsabilidades de gestão com o poder público.

Comitê é um termo que indica uma comissão, junta, delegação ou reunião de pessoas para debater a execução de ações de interesse comum. Bacia hidrográfica é um território delimitado por divisores de água cujos cursos d'água em geral convergem para uma única foz localizada no ponto mais baixo da região. Unindo os dois conceitos, tem-se o CBH, ou seja, o fórum em que um grupo de pessoas, com diferentes visões e atuações, se reúne para discutir sobre um interesse comum – o uso d'água na bacia.

É por meio de discussões e negociações democráticas que os CBHs avaliam os reais e diferentes interesses sobre os usos das águas das bacias hidrográficas. Possuem poder de decisão e cumprem papel fundamental na elaboração das políticas para gestão das águas nas bacias, sobretudo em regiões sujeitas a eventos críticos de escassez hídrica, inundações ou na qualidade da água, que possam colocar em risco os usos múltiplos da água, conforme assegurados em Lei.

Na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em âmbito federal, está instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce). Criado por meio de Decreto Presidencial, em 25 de janeiro de 2002, atua como um Comitê de Integração, reunindo representantes dos CBHs afluentes mineiros e capixabas.

O CBH-Doce é formado por conselheiros de 03 (três) segmentos (poder público, usuários e sociedade civil) e possui papel estratégico para a gestão de recursos hídricos na região, viabilizando a articulação dos diversos atores visando à cooperação em prol da conservação e recuperação do Rio Doce.

Em Minas Gerais, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce é dividida em 06 (seis) Circunscrições Hidrográficas (CH), com CBHs já estruturados, conforme abaixo:

- I. DO1 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga;
- II. DO2 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba;
- III. DO3 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio;

- IV. DO4 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí;
- V. DO5 - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga; e
- VI. DO6 - Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da Bacia do Rio Doce, o PIRH-Doce, para fins de planejamento, dividiu a porção capixaba da Bacia do Rio Doce em 03 (três) Unidades de Análise (UA), sendo adotada a estrutura a seguir:

- I. UA 7 – CBHs Guandu; Santa Joana; e Santa Maria do Doce;
- II. UA 8 – CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce;
- III. UA 9 – CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce.

Na Figura 2, apresenta-se a atual divisão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e suas CHs e UAs.

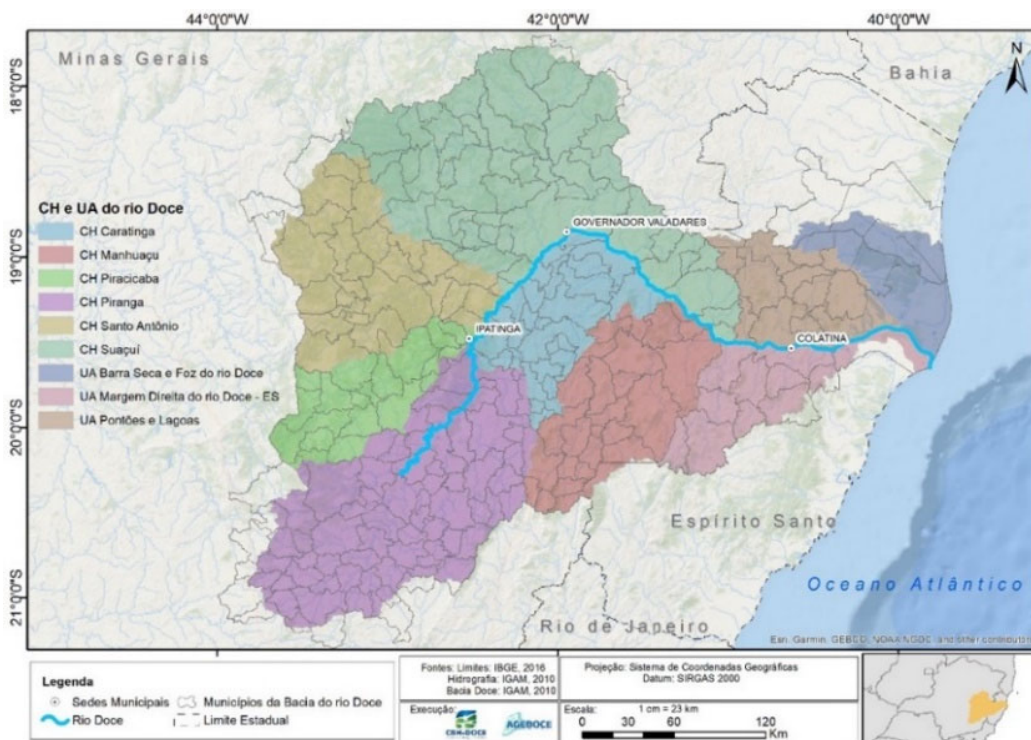


Figura 2 - Divisão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce em Circunscrições Hidrográficas e Unidades de Análise

### 2.3 A AGEVAP - ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), criada em 20 de junho de 2002, tem personalidade jurídica de uma associação de direito privado, com fins não econômicos. Foi constituída, inicialmente, para o exercício das funções de Secretaria Executiva.

Atualmente, exerce as funções definidas no Art. 44 da Lei Federal nº 9.433/97, Art. 59, da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 3.239/99 e Art. 38 da Lei Estadual de Minas Gerais nº 13.199/99, que tratam, em suas respectivas esferas, das competências das chamadas Agências de Água ou Agências de Bacia.

A Associação é formada por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria, incluindo uma Controladoria. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral. Essa estrutura é responsável pela macrogestão da Matriz e das Filiais. A Figura 03 apresenta o organograma da AGEVAP.





Figura 3 - Organograma da AGEVAP

A Matriz da AGEVAP está localizada em Resende/RJ. Ela possui 10 (dez) Unidades Descentralizadas (UDs) localizadas nos municípios de Volta Redonda, Petrópolis, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Seropédica, Rio de Janeiro, Angra dos Reis (localizadas no estado do Rio de Janeiro), Juiz de Fora, Guarani (localizadas em Minas Gerais) e São José dos Campos (localizada em São Paulo).

A Associação possui ainda 03 (três) filiais localizadas em Governador Valadares/MG (AGEDOCE), Poços de Caldas/MG (AGEGRANDE) e Goiânia/GO (AGEGOIÁS).

Atualmente, a AGEVAP (matriz e filiais) possui 10 (dez) Contratos de Gestão assinados com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), atendendo a 25 (vinte e cinco) Comitês de Bacias Hidrográficas.

Além desses 10 (dez) Contratos de Gestão celebrados com Órgãos Gestores Federais e Estaduais, em 19 de setembro de 2025, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2025 com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD-GO), para atuação como Gestora Operacional e Financeira dos Fundos de Compensação Ambiental (FCA), do Fundo de Conversão de Multas (FCM) e do Fundo de Recursos Hídricos (FRH) do Estado de Goiás. A partir desse Acordo, a Associação passa a assumir a gestão de 6 (seis) Comitês Goianos, ampliando sua atuação para o atendimento a um total de 31 Comitês.

Na Tabela 1, a seguir, são apresentados os respectivos instrumentos celebrados, comitês atendidos, resoluções de delegação/equiparação e outras informações pertinentes.



Instrumentos celebrados	Data da assinatura	Órgão Gestor	CBHs atendidos	Resolução Conselhos	Prazo de Delegação
ANA 036/2025	29/12/2025	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	CEIVAP	Resolução nº 245/2025 – Conselho Nacional de Recursos Hídricos	31/06/2036
INEA 067/2022	28/12/2022	Instituto Estadual do Ambiente - INEA	Baía de Guanabara	Resolução nº 285/2024 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2027
INEA 068/2022	29/12/2022	Instituto Estadual do Ambiente - INEA	Guandu; Baía da Ilha Grande	Resolução nº 294/2025 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2030
INEA 069/2022	29/12/2022	Instituto Estadual do Ambiente - INEA	Médio Paraíba do Sul; Rio Dois Rios; Piabanha; Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	Resolução nº 295/2025 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro	31/12/2030
IGAM PS1 007/2024	14/11/2024	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Preto e Paraibuna	Deliberação nº 612/2024 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	30/06/2026
IGAM PS2 008/2024	14/11/2024	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Pomba e Muriaé	Deliberação nº 613/2024 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	30/06/2026
ANA 035/2025	29/12/2025	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	CBH Doce	Resolução nº 244/2025 – Conselho Nacional de Recursos Hídricos	31/12/2035
IGAM DO1 a DO6 002/2025	29/12/2025	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu	Deliberação nº 652/2025 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	31/12/2035
ANA 008/2025	17/06/2025	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	Rio Grande	Resolução nº 240/2024 – Conselho Nacional de Recursos Hídricos	31/12/2030
IGAM GD1/GD2 a GD8 005/2024	11/09/2024	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	CBHs Nascentes do Rio Grande, Entorno do Reservatório de Furnas, Rio Verde, Sapucaí, Rios Mogi-Guaçu e Pardo, Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande, Afluentes do Baixo Rio Grande.	Deliberação CERH-MG nº 580/ 2024 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais	04/04/2034



Instrumentos celebrados	Data da assinatura	Órgão Gestor	CBHs atendidos	Resolução Conselhos	Prazo de Delegação
Acordo de Cooperação Técnica SEMAD-GO 03/2025	19/09/2025	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD	Afluentes goianos do Rio Araguaia; Afluentes goianos integrados dos Rios Tocantins e São Francisco; Afluentes goianos do Baixo Parabaíba; Rios Turvo e dos Bois; Rio Meia Ponte; Rios Corumbá, Veríssimo e São Marcos	-	19/09/2027

Tabela 1 - Contratos de Gestão sob a responsabilidade da AGEVAP

A Figura 4 mostra o mapa com o território abrangido pela Associação.

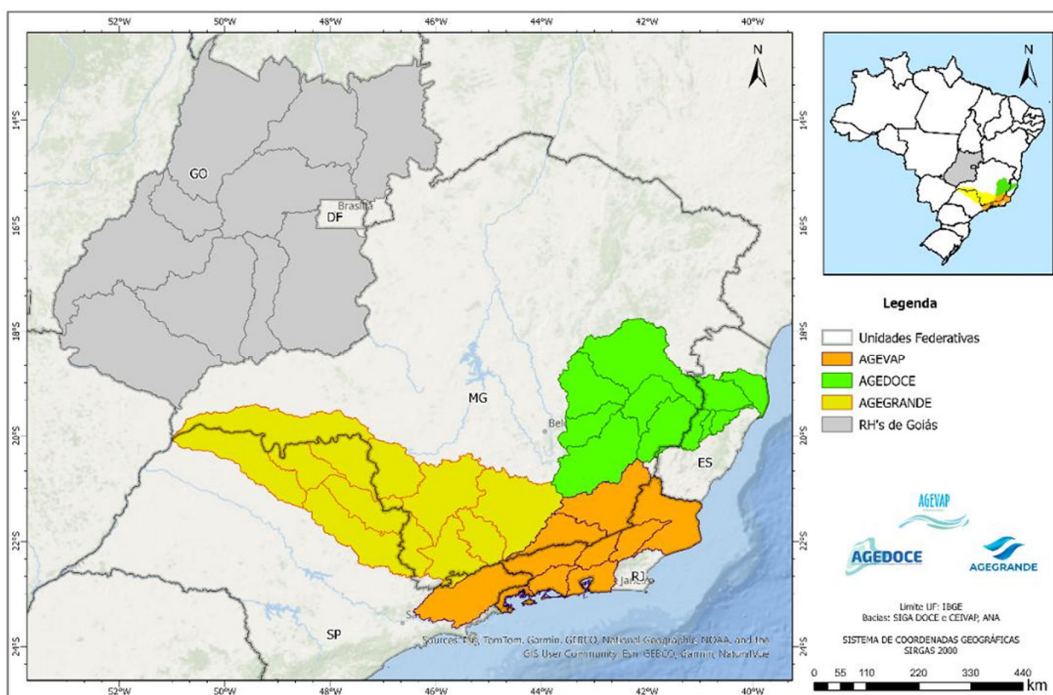


Figura 4 - Bacias Hidrográficas atendidas pela AGEVAP, AGEDOCE e AGEGRANDE

Ao todo, a Associação atualmente atende a uma área de 644 mil (seiscentos e quarenta e quatro mil) quilômetros quadrados, que correspondem a 1.222 (mil, duzentos e vinte e dois) municípios, aproximadamente 22% do total no território brasileiro.



A AGEDOCE (AGEVAP - Filial Governador Valadares/MG) está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Água para CBH Doce, em âmbito federal, e para seis comitês estaduais mineiros, sendo eles: Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu.

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), por meio da Resolução Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 212, de 28 de agosto de 2020, recebeu delegação de competência para o exercício das funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

No dia 21 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 34/2020 e, no dia 30 de dezembro de 2020, seu respectivo Termo Aditivo, entre a AGEVAP e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com anuência do CBH Doce, para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Em 29 de dezembro de 2025, houve a celebração do novo Contrato de Gestão firmado entre as entidades, sob o número 035/2025.

Em Minas Gerais, a equiparação da AGEVAP para o exercício das funções de agência de água para a porção mineira da Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi aprovada por meio da Deliberação Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH-MG nº 441, de 04 de setembro de 2020.

No dia de 15 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001/2020, e, no dia 22 de dezembro de 2020, seu respectivo Termo Aditivo, entre a AGEVAP e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), com anuência dos CBH's Afluentes Mineiros do Rio Doce, para o exercício das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Rio Doce: Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu. O novo Contrato de Gestão, 002/2025, foi celebrado no dia 29 de dezembro de 2025 entre AGEVAP e IGAM.

Ainda não há contrato de gestão celebrado junto à Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), considerando que a cobrança não foi implementada na porção capixaba da bacia, razão pela qual a entidade, por ora, não atende aos CBHs do Espírito Santo.

## **2.4 PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL**

O Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce tem por objetivo o planejamento de 05 anos para alocação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos que propicie investimentos em ações estruturais e estruturantes com vistas à otimização da aplicação desses recursos, no aperfeiçoamento da gestão e melhoria da qualidade e disponibilidade da água na bacia.

O PAP contempla as ações priorizadas no Plano Integrado de Recursos Hídricos, as ações de manutenção e custeio administrativo da AGEDOCE, as ações relacionadas às atividades do CBH Doce e aquelas necessárias ao cumprimento do Contrato de Gestão nº 035/2025, compatibilizadas com os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União.

Conforme a Deliberação Normativa CBH Doce nº 131, de 09 de dezembro de 2025, que estabelece o Plano de Aplicação Plurianual para o período entre 2026-2030, são considerados prioritários os seguintes programas (Figura 5):

Agenda	Programa		Subprograma		Priorização
	ID	Título	ID	Título	
Recursos Hídricos	1	Planos de Recursos Hídricos	N/A	N/A	Alta
	2	Enquadramento dos corpos d'água em classes segundo usos preponderantes	N/A	N/A	Alta
	4	Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	N/A	N/A	Alta
	5	Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos	5.2	Ampliação da arrecadação da cobrança em MG e de águas de domínio da União	Muito Alta
	7	Monitoramento Hidrometeorológico	7.1	Aperfeiçoamento do monitoramento fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade das águas	Alta
	8	Segurança hídrica e eventos críticos	8.1	Convivência com as estiagens	Muito Alta
	10	Gestão dos recursos hídricos subterrâneos	10.1	Implementação de monitoramento qualitativo de águas subterrâneas	Muito Alta
	11	Comunicação, mobilização social, educação e capacitação técnica	11.1	Planejamento e implementação de ações de capacitação e educação ambiental para a bacia	Alta
			11.2	Planejamento e implementação de ações de comunicação.	Alta
			11.3	Implementação de ações de mobilização e engajamento social na bacia	Alta
	12	Fortalecimento institucional	12.1	Articulação e Fortalecimento dos CBHs	Moderada
	Interfaces Setoriais	13	Desenvolvimento de ações para o setor de saneamento	13.1	Aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimento de água, incluindo redução de perdas.
13.2				Efetivação do Enquadramento	Alta
15		Desenvolvimento de ações para os setores industrial e de mineração	15.2	Otimização do uso da água na indústria	Alta
16		Proteção e conservação dos recursos hídricos	16.1	Iniciativa RIO VIVO	Alta
	16.2		Proteção e conservação dos recursos hídricos	Alta	
Apoio e manutenção dos CBHs e ED	17	Manutenção e Custeio Operacional da Entidade Delegatária e dos CBHs	N/A	N/A	

Figura 5 - Programas priorizados pelo PIRH Doce para o PAP 2026-2030

## 2.5 ESCOLA DE PROJETOS

A Escola de Projetos é um programa de capacitação criado em 2015, pela AGEVAP, como estratégia de implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, definido pelo CEIVAP - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Por meio de parcerias com importantes universidades da região, como UNIFEI, USP, UNESP, UFRJ, UERJ, UFJF, o Programa Escola de Projetos apresenta diversos trabalhos concluídos e em andamento na Bacia do Paraíba do Sul, dentre os quais se destacam:

- Elaboração do ranking de saneamento da bacia;



- Confecção de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos - PMGIRS;
- Elaboração dos planos municipais de saneamento básico – PMSB;
- Desenvolvimento de projetos e o acompanhamento de obras de esgotamento sanitário;
- Capacitação de funcionários e estagiários dos municípios contemplados;
- Elaboração de um manual para elaboração de orçamentos de projetos;
- Elaboração de manuais para elaboração de projetos e planos de saneamento básico;
- Elaboração de estudo de metodologia de monitoramento de pagamento por serviços ambientais (PSA).

Devido aos importantes resultados obtidos no âmbito do Programa Escola de Projetos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, adotou a Escola de Projetos como estratégia de implementação das ações e dos programas priorizados no PAP-Doce 2021-2025, conforme Deliberação Normativa nº 90/2020, aprovada no dia 10 de dezembro de 2020 na 46ª Reunião Extraordinária do CBH Doce.

O objetivo do programa é a capacitação, em processo, por meio da elaboração de planos, projetos, programas e acompanhamento de ações estruturais reais com foco em recursos hídricos, dos empregados da agência, funcionários públicos municipais, organizações não governamentais e estudantes universitários de 4º e 5º ano, buscando desenvolver mão de obra capacitada na elaboração dos referidos produtos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O Programa Escola de Projetos do CBH Doce iniciou-se em 2021, com o Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2021, resultando na contratação de 04 (quatro) Técnicos Plenos – Nível Superior.

Em 2022, foi publicado o Edital de Chamamento Público nº 02/2022 visando a seleção de Universidades e outras instituições de ensino e/ou pesquisa públicas ou com fins não econômicos para firmar protocolo de intenções para cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre os partícipes visando o desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação técnica previstas no Plano de Aplicação Plurianual - PAP e o estabelecimento de mecanismos estratégias para sua realização.

Por meio do Edital de Chamamento Público nº 02/2022 foram firmados protocolos de intenções para cooperação técnica, científica, cultural e financeira com as seguintes universidades: UNIFEI Campus Itabira, UNIVALE, UFOP e UFVMJ. Por meio destes instrumentos de parceria, foram contratados estagiários, graduandos dos cursos de Engenharias com vínculo com a gestão de recursos hídricos, para atuarem no programa Escola de Projetos.

Em 2023, com a aprovação da revisão do PIRH (2023/2042), o Programa Escola de Projetos foi transformado em uma ação, sendo ela a ação **12.2.1 – Manter a Escola de Projetos e o desenvolvimento de suas atividades como apoio à implementação do PIRH**. Essa ação está inserida no Subprograma 12.2 – Fortalecimento do Processo de Gestão na Bacia, do Programa 12 – Fornecimento Institucional, e está prevista até 2042.

A ação Escola de Projetos do CBH Doce tem como atividades, principalmente, acompanhar, monitorar, apoiar e executar ações do PAP – Plano de Aplicação Plurianual elencadas na Finalidade 1 - Gestão de Recursos Hídricos e Finalidade 2 - Agenda Setorial.

As principais ações em que os técnicos da Escola de Projetos irão atuar são:

FINALIDADE 1:	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
	<ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="435 1728 1218 1755">• Acompanhamento das ações dos Planos de Recursos Hídricos;</li><li data-bbox="435 1759 1232 1787">• Execução de trabalhos sobre enquadramento de corpos hídricos;</li><li data-bbox="435 1791 1195 1818">• Implantação e operacionalização dos instrumentos de gestão;</li></ul>



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de estudos de fundamentação para a atualização dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;</li> <li>• Desenvolvimento, implantação, manutenção ou atualização de salas de situação;</li> <li>• Acompanhamento e desenvolvimento de atividades referentes ao Monitoramento hidrometeorológico;</li> <li>• Desenvolvimento, implantação, manutenção ou atualização de sistemas de alerta a cheias e inundações;</li> <li>• Elaboração de estudos, planos, projetos e obras para implantação, expansão ou adequação de estruturas hidráulicas para aumento da segurança hídrica;</li> <li>• Análise de processos de outorgas classificados como grande porte e potencial poluidor.</li> </ul>
<b>FINALIDADE 2: AGENDA SETORIAL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de estudos, planos, projetos, obras ou serviços para controle e redução de perdas de água em sistemas públicos de distribuição;</li> <li>• Elaboração de projetos de pesquisa em combate às perdas de água em sistema de distribuição de água;</li> <li>• Elaboração de projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES;</li> <li>• Acompanhamento de obras de Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES;</li> <li>• Elaboração de projetos de pesquisa em saneamento rural;</li> <li>• Elaboração de estudos, planos, projetos ou intervenções destinadas à conservação de solo para controle da erosão e proteção dos recursos hídricos;</li> <li>• Execução e monitoramento dos projetos da Iniciativa Rio Vivo;</li> <li>• Estruturação, desenvolvimento e realização de programas e projetos destinados a pagamentos por serviços ambientais (PSA) de proteção dos recursos hídricos;</li> <li>• Elaboração do programa para a implantação de Pagamentos de Serviços Ambientais – PSA para atender a Iniciativa Rio Vivo.</li> <li>• Assistência técnica aos municípios na elaboração dos projetos.</li> </ul>

As estratégias de implementação das ações e dos programas priorizados no PAP-Doce 2026-2030, foram apresentadas, discutidas e aprovadas no dia 09 de dezembro de 2025, durante a 66ª Reunião Extraordinária do CBH Doce, conforme Deliberação Normativa nº 131/2025

Por fim, a partir da efetivação do programa será possível ampliar a capacidade operacional da entidade e, conseqüentemente, otimizar a implementação das ações do PIRH, que trarão inúmeros benefícios à Bacia Hidrográfica do Rio Doce.



### **3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

3.1. Este Edital será disponibilizado, por um período de 30 (trinta) dias, na página eletrônica oficial da AGEDOCE ([www.agedoce.org.br](http://www.agedoce.org.br)), e na página eletrônica oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ([www.cbhdoce.org.br](http://www.cbhdoce.org.br)).

3.1.1. Será providenciada a publicação do extrato deste edital no Diário Oficial da União

3.2. O Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026 será realizado sob a responsabilidade da AGEDOCE, e obedecerá às normas do Regulamento de Seleção de Pessoal da AGEVAP, bem como o presente Edital.

3.3. A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição e o provimento do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou qualquer irregularidade nos documentos apresentados, além da imputação de eventual responsabilização penal e civil decorrentes.

3.4. Neste Edital de Seleção de Pessoal o candidato poderá se inscrever para mais de um cargo, devendo certificar-se dos requisitos exigidos para o provimento no mesmo, que estão disponíveis no ANEXO I.

3.5. É vedada a contratação de servidor ou empregado da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas empresas públicas, sociedades de economia mista bem como de suas subsidiárias ou controladas ressalvados os casos autorizados por lei, devendo se for o caso, de aprovação destes, estarem afastados no momento da real efetivação.

3.6. O Edital de Seleção de Pessoal terá validade de 01 (um) ano, a contar da data do ato de homologação do resultado para o cargo/lotação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da AGEDOCE.

#### **4. DO CARGO, VAGA, LOCAL DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS EXIGIDOS**

- 4.1. O presente Edital de Seleção de Pessoal destina-se ao provimento de 02 (duas) vagas destinadas a profissionais de nível superior para atuação na Escola de Projetos para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce e formação de Cadastro de Reserva (CR), cuja contratação ocorrerá de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- 4.2. A descrição detalhada dos Programas nos quais os profissionais atuarão está disponível no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH-Doce), cuja íntegra pode ser acessada no seguinte link: [CBH-Doce » PIRH \(cbhdoce.org.br\)](http://CBH-Doce » PIRH (cbhdoce.org.br)).
- 4.3. Os profissionais a serem contratados, em casos específicos e emergenciais de segurança hídrica, de segurança de barragens, casos fortuitos e de força maior, poderão trabalhar em atividades ligadas a outros programas do PIRH-Doce, dentro da sua área de conhecimento.
- 4.4. Os profissionais contratados recolherão a Anotação de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou documento equivalente no respectivo conselho profissional das atividades executadas.
  - 4.4.1. As ARTs relativas ou documento equivalente às atividades executadas pelos profissionais serão pagas pela AGEDOCE.
- 4.5. A carga horária, remuneração, local de trabalho e prazo contratual dos profissionais a serem contratados estão apresentadas na Tabela 02, que segue abaixo:

CARGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO BRUTA <sup>1</sup>	LOCAL DE TRABALHO	PRAZO DE CONTRATAÇÃO
TÉCNICO PLENO CARGO 1	01 + CR <sup>2</sup>	40h semanais	R\$ 11.405,42	AGEDOCE	12 meses
TÉCNICO PLENO CARGO 2	CR	40h semanais	R\$ 11.405,42	AGEDOCE	12 meses
TÉCNICO PLENO CARGO 3	CR	40h semanais	R\$ 11.405,42	AGEDOCE	12 meses
TÉCNICO PLENO CARGO 4	01 + CR	40h semanais	R\$ 11.405,42	AGEDOCE	12 meses

Tabela 2 – Descrição das vagas

- 4.6. O candidato a ser contratado ficará sujeito a exercer atividades internas e externas e deverá ter disponibilidade para viagens nacionais ou internacionais dentro da área de atuação da AGEDOCE e outras localidades, de acordo com as atividades a serem desempenhadas.
- 4.7. A jornada semanal de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, a serem exercidas de forma **PRESENCIAL**, na sede da AGEDOCE, sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculando-se ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.
- 4.7.1. Em virtude de situações de caso fortuito ou força maior, ou ainda, a depender de necessidade da AGEDOCE, **PODERÁ** ser estabelecida a execução das atividades por meio de regime híbrido.

---

<sup>1</sup> O reajuste da remuneração bruta está vinculado à Portaria ANA nº 495, de 26 de junho de 2024, que dispõe sobre os valores de limites para efeitos de remuneração mensal aos dirigentes e ao pessoal administrativo e profissional técnico das entidades delegatárias de funções de Agências de Água, e suas posteriores atualizações

<sup>2</sup> CR – Cadastro de Reserva



- 4.8. A escolaridade, demais requisitos e as atribuições que competirão ao ocupante do cargo objeto deste Edital de Seleção de Pessoal são as indicadas no ANEXO I deste Edital.
- 4.9. Os candidatos aprovados e classificados dentro dos números de vagas para cada cargo, serão contratados por **PRAZO DETERMINADO**, de 12 meses, conforme especificado no item 4.5, prorrogável por igual período, uma única vez, e obedecerá ao disposto no Art. 3º, parágrafo 3º, da Resolução ANA nº 28/2020.
- 4.10. Os candidatos aprovados para os Cadastros de Reserva (CR) poderão ser convocados para o preenchimento de vagas conforme necessidade da AGEDOCE, dentro do prazo de validade do presente Processo de Seleção de Pessoal.

## **5. DAS INSCRIÇÕES**

- 5.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas previstas neste Edital, não podendo alegar desconhecimento de suas disposições, sendo de sua responsabilidade verificar previamente o atendimento dos requisitos exigidos no ANEXO I deste Edital.
- 5.2. O período para inscrições ocorrerá conforme datas definidas no cronograma constante do ANEXO VII.
- 5.3. O cronograma poderá ser alterado por decisão da AGEDOCE a qualquer tempo, sendo a retificação divulgada nas páginas eletrônicas oficiais da AGEDOCE ([www.agedoce.org.br](http://www.agedoce.org.br)) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ([www.cbhdoce.org.br](http://www.cbhdoce.org.br))
- 5.4. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital.

- 5.5. Havendo mais de 01 (uma) inscrição do candidato para o mesmo cargo, serão canceladas as inscrições mais antigas, permanecendo a mais recente.
- 5.6. Não será realizada inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.
- 5.7. É vedada a transferência da inscrição para outrem.
- 5.8. As informações prestadas no momento da inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a AGEDOCE do direito de excluí-lo do Edital de Seleção de Pessoal se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.
- 5.9. Os interessados deverão protocolar a documentação de inscrição, em formato PDF, no formulário disponível no link: <https://forms.gle/3NvesvrxQehoiRzE7>, em acordo com o disposto no item 5.12 deste edital.
- 5.10. Somente serão aceitas as inscrições recebidas, até às 23h59 do período de inscrições definidos no cronograma, constante no anexo VII.
- 5.11. Somente serão consideradas válidas as inscrições dos candidatos que apresentarem a documentação em conformidade com o item 5.12;
- 5.12. Deverão ser apresentados no ato da inscrição os seguintes documentos:
  - a) Documentos pessoais:
    - I. Cópia simples de documento com foto que contenham os números da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
    - II. Cópia simples da Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “B” (caso a CNH esteja vencida, apresentar comprovante do DETRAN de que a solicitação de renovação está em andamento).

- III. Cópia simples do Título de Eleitor;
  - IV. Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino.
- b) Documentos de regularidades:
- I. Certidão de Regularidade Eleitoral;
  - II. Comprovante de Regularidade e quitação do registro profissional junto ao respectivo Conselho de Classe da profissão;
  - III. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais - link para emissão: [www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais](http://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais)
- c) Documentos de formação acadêmica:
- I. Diploma e/ou certificado de conclusão de curso de graduação com formação superior a 05 (cinco) anos;
  - II. Diploma(s) e/ou certificado(s) de conclusão de curso de Pós-graduação strictu sensu (Doutorado/Mestrado) e Pós-graduação lato sensu (Especialização/MBA) em áreas relacionadas aos cargos previstos neste edital;
- d) Documentos de formação acadêmica complementar:
- I. Formulário Resumo de Cursos devidamente preenchido (ANEXO IV)
  - II. Certificados ou diplomas de cursos complementares e/ou extensão, com cargas horárias compatíveis, conforme informados no formulário resumo de cursos (Anexo IV);
    - i. Não serão contabilizados comprovantes de formação com carga horária em desacordo com as exigências deste Edital.
    - ii. Os documentos relativos aos cursos deverão, **preferencialmente**, ser apresentados cronologicamente,

partindo-se da data mais recente para a mais antiga, sob pena de não serem analisados e computados

- e) Documentos de comprovação de experiência profissional:
- I. Formulário de documentos comprobatórios da experiência profissional (ANEXO V)
  - II. Currículo atualizado;
  - III. Cópia simples da carteira de trabalho e/ou contratos de prestação de serviço;
  - IV. Documentos que comprovem a experiência profissional na área exigida para o cargo (etapa classificatória);

5.13. Toda a documentação deverá estar devidamente organizada em capítulos, **EM UM ÚNICO PDF POR CAPÍTULO**, conforme diretrizes descritas no item 5.14, **com todas as folhas numeradas sequencialmente**

5.13.1. Todos os capítulos deverão ser iniciados por uma capa informativa, conforme diretrizes previstas no item 5.14.

5.14. Os capítulos descritos no item 5.13. deverão ser enviados, respeitando a nomenclatura, conforme descrito no quadro 1.

CAPÍTULO	DESCRIÇÃO DA CAPA INFORMATIVA	NOMECLATURA DO ARQUIVO PDF
I)	Documentos Pessoais.	"Nome do candidato" - Documentos Pessoais.
II)	Documentos de regularidades.	"Nome do candidato" - Documentos de regularidades
III)	Documentos de formação acadêmica.	"Nome do candidato" – Documentos de formação acadêmica
IV)	Formulário Resumo de Cursos devidamente preenchido e Documentos de formação complementar.	"Nome do candidato" – Formulário Resumo de Cursos devidamente preenchido e Documentos de formação complementar
V)	Documentos de comprovação de experiência profissional.	"Nome do candidato" – Documentos de comprovação de experiência profissional

Quadro 1 - Nomenclatura da documentação

5.15. A AGEDOCE não se responsabiliza por eventuais erros na abertura dos arquivos PDF.

5.16. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração e/ou inclusão de documentos exigidos.

## **6. DO EDITAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL**

6.1. O presente Edital de Seleção de Pessoal será realizado em 02 (duas) etapas:

6.1.1. **1ª Etapa:** Análise do currículo e documentos comprobatórios de formação e de experiência profissional; e

6.1.2. **2ª Etapa:** Entrevista Pessoal Estruturada.

## **7. 1º ETAPA: ANÁLISE DO CURRÍCULO E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

7.1. A primeira etapa é de **caráter eliminatório** e consistirá na análise do currículo e documentos comprobatórios de experiência do candidato, conforme documentação juntada quando do ato de inscrição.

7.2. Serão desconsiderados os currículos e documentos recebidos após o horário e a data indicada no item 5.10 deste Edital.

7.3. A Comissão de Seleção e Recrutamento de Pessoal, formada especificamente para este edital, fará a análise dos currículos e documentos comprobatórios de experiência.

7.4. Quanto à titulação, será considerada a formação acadêmica adquirida em cursos regulares, com o devido reconhecimento pelos órgãos oficiais, desde que em papel timbrado da respectiva instituição e devidamente assinado.

7.5. Quanto aos cursos, que deverão ser apresentados conforme Formulário disponível no ANEXO IV, somente serão aceitos e avaliados aqueles que estiverem em consonância com os critérios do ANEXO II, de acordo com as especificidades inerentes a cada um dos cargos.

7.6. Para fins de comprovação de experiência profissional, relativa ao cargo pretendido, serão considerados o tempo de serviço na área específica, **contado em dias**, através de, pelo menos, um dos seguintes documentos, observadas as disposições do Anexo V:

7.6.1. Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou documento equivalente, com registro de Atestado de Capacidade Técnica devidamente vinculado, ambos em original ou cópia autenticada, que é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as atividades registradas no respectivo Conselho de Classe da profissão, e que constituem o acervo técnico do profissional, observado o item 7.6.1.1

7.6.1.1. O Atestado registrado e vinculado à CAT ou documento equivalente, emitido pelo respectivo conselho profissional, deverá comprovar a efetiva execução da obra e/ou prestação do serviço pelo candidato, caracterizando, explicitamente, o período e as atividades realizada.

7.6.2. Caso o Atestado e/ou a CAT, bem como o documento equivalente emitido pelo respectivo conselho profissional, apresente o período de atividade profissional em meses, esse será considerado como 30 (trinta) dias, e no caso de ano, será considerado como 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), para cômputo da experiência profissional.

7.6.2.1. Para fins de cômputo da experiência profissional, serão considerados apenas os atestados ou CAT(s) referentes a atividades concluídas até o último dia de inscrições deste Edital de Seleção de Pessoal.

7.6.2.2. Para os candidatos que apresentarem CAT(s) como comprovação de experiência, havendo divergência entre



as datas constantes no atestado vinculado e na respectiva CAT(s), prevalecerão as datas informadas no Atestado de Capacidade Técnica.

- 7.6.3. Apresentação das folhas de identificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e dos registros de contrato de trabalho, nas quais constem a vinculação do candidato com o(s) empregador(es), função exercida, bem como as datas de início e término da relação de trabalho;
- 7.6.4. Contrato de prestação de serviços, acompanhado de declaração do contratante ou responsável legal, no qual conste o cargo ou a função ocupada e o período inicial e final se for o caso, das atividades executadas;
- 7.6.5. Comprovação das atividades realizadas como Autônomo: Certidão emitida por Prefeitura Municipal, comprovando o tempo de cadastro como autônomo no cargo e área/especialidade que pleiteia o contrato, bem como comprovante de regularidade de recolhimento de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) no período a que se reporta a certidão.
- 7.6.6. Comprovação das atividades realizadas por outras modalidades (prestador de serviços, cooperado, etc.): Cópia do contrato de prestação de serviços e declaração da empresa onde atua ou atuou, em papel timbrado, datado e assinado, discriminando as atividades exigidas no requisito para o exercício do cargo pleiteado, comprovando o período efetivo de atuação.
- 7.7. Sob hipótese alguma será aceita comprovação de exercício profissional fora dos padrões acima especificados, bem como experiência profissional na qualidade de proprietário/sócio de empresa.

- 7.8. Serão consideradas apenas as experiências profissionais informadas pelo candidato que sejam compatíveis e guardem pertinência com os respectivos cargos em concorrência neste Edital.
- 7.9. Serão classificados e convocados para participar da segunda etapa apenas os 10 (dez) primeiros candidatos de cada uma das vagas ofertadas no que atenderem aos requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.
- 7.10. Em caso de empate na classificação da primeira etapa, os candidatos empatados passarão para a segunda etapa.
- 7.11. A pontuação máxima obtida na primeira etapa será de 10 pontos.
- 7.12. Os documentos assinados digitalmente, **só serão aceitos se possuírem link e/ou código e/ou outro validador** para confirmação de autenticidade pela Comissão de Seleção e Recrutamento de Pessoal, vedada qualquer apresentação de documento complementar que não esteja inserido no formulário eletrônico de inscrição e envio de documentos.

## **8. 2º ETAPA: ENTREVISTA PESSOAL ESTRUTURADA**

- 8.1. A segunda etapa do Edital de Seleção de Pessoal é de caráter classificatório e será feita por meio de entrevista pessoal estruturada, na modalidade **ON-LINE**, no período conforme cronograma deste Edital (ANEXO VII).
- 8.2. Os candidatos aprovados na primeira etapa, nos termos do item 7.9 deste Edital, serão convocados para a segunda etapa por meio de publicação na página eletrônica oficial da AGEDOCE ([www.agedoce.org.br](http://www.agedoce.org.br)); pela página eletrônica oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ([www.cbhdoce.org.br](http://www.cbhdoce.org.br)), bem como por correio eletrônico (e-mail) e/ou contato telefônico.
- 8.3. Na etapa de Entrevista Pessoal Estruturada serão avaliados os conhecimentos técnicos relacionados ao cargo, conforme ANEXO III, por

meio de roteiro estruturado de perguntas, bem como aspectos comportamentais, tais como: expressão oral, raciocínio lógico, argumentação e postura ética profissional.

- 8.4. A pontuação máxima obtida na segunda etapa será de 10 pontos.
- 8.5. As entrevistas poderão ser gravadas para fins de arquivamento e eventual análise de recurso relativo a esta etapa ou ao resultado final.
- 8.6. A Comissão de Seleção e Recrutamento de Pessoal deste Edital poderá contar, na segunda etapa do Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026, com o apoio de profissionais externos convidados, de conduta ilibada.

## **9. DA CLASSIFICAÇÃO**

- 9.1. Os candidatos aprovados serão classificados para o cargo, de acordo com a nota final obtida, calculada pela seguinte fórmula:

$$\text{Nota Final} = (\text{Nota 1ª Etapa} \times 0,6) + (\text{Nota 2ª Etapa} \times 0,4)$$

- 9.2. A lista dos candidatos aprovados e classificados neste Edital será apresentada em ordem decrescente, divulgada por meio da página eletrônica oficial da AGEDOCE ([www.agedoce.org.br](http://www.agedoce.org.br)) da página eletrônica oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ([www.cbhdoce.org.br](http://www.cbhdoce.org.br))
- 9.3. Para as vagas dos Cargo 01 e 04, o primeiro candidato que obtiver a maior nota será contratado dentro da vigência do Edital de Seleção e os demais farão parte do cadastro reserva da AGEDOCE pelo período de vigência deste Edital.
- 9.4. Para as vagas dos Cargos 02 e 03, os candidatos aprovados e classificados farão parte do cadastro reserva da AGEDOCE pelo período de vigência deste Edital.
- 9.5. Ocorrendo empate no número de pontos, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) Obter a maior pontuação relacionada à experiência profissional;
- b) Persistindo o empate, será aplicado o critério final de idade mais elevada.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. Será admitido pedido de recurso quanto ao resultado do Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026, bem como às notas parciais da 1ª e 2ª etapas, conforme cronograma constante do ANEXO VII.

10.2. O pedido de recurso deverá ser realizado por meio da apresentação do “Formulário para Interposição de Recurso” (ANEXO VI), devidamente preenchido.

10.2.1. O formulário deverá ser digitado ou manuscrito em letra legível e assinado em 01 (uma) via.

10.2.2. O recurso deverá ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente, e demais documentos necessários à comprovação das razões recursais.

10.3. Os pedidos de recurso não serão conhecidos quando intempestivos e serão desprovidos quando, no mérito, forem considerados inconsistentes e desprovidos de razoabilidade.

10.4. Os pedidos de recurso deverão ser protocolados em via física na AGEDOCE, em Governador Valadares/MG, localizada à Rua Prudente de Moraes, nº 1023 – Centro, Governador Valadares/MG – CEP: 35.020-460, no horário das 09h00 às 11h00 e das 15h00 às 17h00 ou encaminhados via Correios, SEDEX com Aviso de Recebimento, conforme datas estabelecidas no cronograma constante no ANEXO VII.

10.5. Em ambos os casos, via física ou Correios, os documentos referentes aos recursos deverão ser acondicionados em envelope lacrado e identificado, na parte externa, conforme modelo abaixo:

**Recurso – Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026**

Cargo:

Nome Completo:

Endereço completo:

Telefone:

E-mail:

- 10.6. Os pedidos de recurso protocolados em via física na AGEDOCE, em Governador Valadares/MG, deverão ser entregues no horário das 9h00 às 11h00 e das 15h00 às 17h00, de segunda-feira a sexta-feira, conforme datas estabelecidas no cronograma (ANEXO VII).
- 10.7. Os recursos encaminhados pelos Correios via SEDEX com Aviso de Recebimento devem ser enviados também por e-mail para o endereço eletrônico [protocolo@agedoce.org.br](mailto:protocolo@agedoce.org.br) obedecidos os prazos anteriormente estipulados. A data da tempestividade do recurso será contada da data de postagem nos Correios, conforme respectivo Aviso de Recebimento (AR), observadas as datas estabelecidas no cronograma constante do ANEXO VII.
- 10.8. Após a avaliação pela Comissão de Seleção e Recrutamento de Pessoal, os resultados dos recursos serão expressos como “Deferido” ou “Indeferido”.
- 10.9. A listagem com os resultados dos recursos interpostos e protocolados conforme o disposto nos itens acima será publicada na página eletrônica oficial da AGEDOCE ([www.agedoce.org.br](http://www.agedoce.org.br)) e na página eletrônica oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ([www.cbhdoce.org.br](http://www.cbhdoce.org.br)). A listagem conterá as seguintes informações: cargo, número de inscrição e resultado.

10.10. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido.

## **11. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO**

11.1. O candidato aprovado no Edital de Seleção de Pessoal de que trata este Edital para ser contratado deverá atender, cumulativamente, às seguintes exigências:

- a) Ter sido aprovado e classificado no presente Edital de Seleção de Pessoal na forma estabelecida neste Edital;
- b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- c) Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da seleção;
- d) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos e, para candidatos do sexo masculino, obrigações militares;
- e) Estar regular junto ao respectivo Conselho de Classe da profissão;
- f) Ter disponibilidade de tempo integral para exercer as atividades previstas;
- g) Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), tendo como habilitação mínima a categoria B;
- h) Possuir experiência profissional comprovada, na área exigida para o cargo, conforme disposto no ANEXO I do presente edital; e
- i) Não ser servidor ou empregado da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas empresas públicas, sociedades de economia mista bem como de suas subsidiárias ou controladas, ressalvados casos autorizados por lei, ou estar afastado/licenciado quando da efetiva contratação;

11.2. Os candidatos aprovados e classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, respeitada a quantidade de vagas oferecidas no Item 4.5.

11.3. Em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da convocação, por ocasião da admissão, o candidato deverá encaminhar, via e-mail, em resposta ao e-mail de convocação, os seguintes documentos (em arquivos PDF):

- a) 02 fotos 3x4;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (formato digital);
- c) Cópia simples da Carteira de Identidade;
- d) Cópia simples do CPF;
- e) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição - cópia simples;
- f) Cadastro no PIS/PASEP - cópia simples;
- g) Certificado de conclusão ou Diploma de graduação em curso superior;
- h) Comprovante de Regularidade do registro profissional junto ao respectivo Conselho de Classe da profissão;
- i) Reservista - cópia simples;
- j) Certidão de nascimento ou casamento - cópia simples;
- k) Certidão de nascimento dos filhos se menor de 14 anos (se tiver) - cópia simples (se maior, cópia do RG e CPF);
- l) Cópia do comprovante de pagamento da contribuição sindical (se tiver) – cópia simples;
- m) Declaração com número da conta corrente em banco;

- n) Comprovante de residência (água, luz, gás ou telefone fixo) – cópia simples;
- o) Carteira de Identidade do cônjuge - cópia simples;
- p) Cópia do Cartão do SUS;
- q) Cópia simples da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), tendo como habilitação mínima a categoria B.
- r) Declaração informando que não é funcionário público (envio de modelo)
- s) Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público por ato de demissão ou percepção de proventos de aposentadoria, nos termos da legislação vigente, devidamente assinada (envio de modelo)
- t) Declaração de dependentes para fins de desconto de imposto de renda na fonte (envio de modelo).

11.4. O não atendimento ao item 11.3 impedirá a contratação do candidato, ressalvadas as hipóteses de vícios formais sanáveis, hipótese em que poderá ser concedido prazo razoável para regularização, a critério da AGEDOCE, mediante decisão devidamente motivada.

11.5. Será permitido ao candidato convocado requerer, uma única vez, o remanejamento para o final da lista de classificados (“benefício de final de fila”), desde que manifeste formalmente seu interesse no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da ciência inequívoca da convocação.

11.5.1. A solicitação deverá ser formalizada por meio de declaração assinada de próprio punho ou por assinatura digital com certificação válida.



- 11.5.2. O candidato será reposicionado ao final da lista de classificados vigente para o respectivo cargo, passando a ocupar a última posição
- 11.5.3. O benefício poderá ser utilizado apenas uma única vez, sendo que, em caso de nova convocação, o não comparecimento ou recusa implicará desistência definitiva da vaga.
- 11.5.4. O não exercício do direito no prazo estipulado implicará renúncia automática ao benefício, desde que comprovada a regular convocação do candidato.
- 11.6. Alternativamente ao benefício de final de fila, será facultado ao candidato convocado, uma única vez, requerer o reposicionamento (“passar a vez”) para a posição imediatamente subsequente na lista de classificação, hipótese em que será convocado o candidato seguinte.
- 11.6.1. Nessa hipótese, o candidato passará a ocupar, de forma definitiva, a posição subsequente àquela originalmente obtida, mantendo-se a ordem classificatória dos demais candidatos.
- 11.6.2. O reposicionamento de que trata este item poderá ser solicitado apenas uma única vez, no momento da convocação, mediante manifestação formal do candidato, no prazo estabelecido de até 02 (dois) dias úteis.
- 11.6.3. Em caso de nova convocação, o não comparecimento ou recusa implicará desistência definitiva da vaga.
- 11.6.4. A ausência de manifestação no prazo estipulado implicará renúncia ao direito de reposicionamento, sendo considerado desistente, nos termos deste Edital.



## **12. DO FORO JUDICIAL**

12.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026 de que trata este Edital é o da Comarca de Governador Valadares - MG.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Será excluído do presente Edital de Seleção de Pessoal o candidato que:

- a) Fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço, em caso de alteração do endereço constante do "Formulário de Inscrição";
- c) For responsável por falsa identificação pessoal;
- d) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo de Seleção de Pessoal;
- e) Não atender às determinações do presente Edital e de seus ANEXOS.

13.2. O inteiro teor deste Edital, o Ato de Homologação e o resultado final serão publicados na página eletrônica oficial da AGEDOCE ([www.agedoce.org.br](http://www.agedoce.org.br)) e na página eletrônica oficial do CBH Doce ([cbhdoce.org.br](http://cbhdoce.org.br)).

13.3. É vedada a inscrição neste Edital de Seleção de Pessoal de quaisquer membros da Comissão de Seleção e Recrutamento de Pessoal e de membros efetivos dos Comitês de Bacias Hidrográficas inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e demais Comitês ao longo do território nacional nos quais a AGEVAP atua.

13.4. As solicitações de esclarecimentos e dúvidas devem ser encaminhadas para o e-mail **protocolo@agedoce.org.br**, conforme datas previstas no cronograma (Anexo VII).



13.5. Os Anexos IV, V, VI serão disponibilizados em formato word para preenchimento pelos candidatos.

13.6. Os casos omissos, no que tange à realização deste Processo de Seleção de Pessoal, serão resolvidos pela AGEVAP – Filial Governador Valadares/MG.

Governador Valadares, na data da sua assinatura.

*(assinatura eletrônica)*

**ALEX CARDOSO PEREIRA**

Superintendente Regional

AGEDOCE

*(assinatura eletrônica)*

**ALINE RAQUEL ALVARENGA**

Diretora-Presidente Interina

AGEVAP/AGEDOCE/AGEGRANDE/G  
EGOÍÁS

## **ANEXO I – DETALHAMENTO DOS CARGOS**

### **CARGO 01 – TÉCNICO PLENO – NÍVEL SUPERIOR**

**Descrição:** Profissional de nível superior designado para o desempenho de atividades técnicas especializadas a serem desenvolvidas no âmbito do **PROGAMA 8 – SEGURANÇA HÍDRICA E EVENTOS CRÍTICOS** e na operacionalização dos instrumentos de gestão, especialmente no que se refere à **FINALIDADE 01 – GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**, conforme hierarquização contida no PAP CBH Doce 2026-2030:

- **8.1 – Convivência com as estiagens:** Desenvolver estudos, projetos e obras para implantação, expansão ou adequação de estruturas hidráulicas par aumento da segurança hídrica, principalmente em sistemas de abastecimento público.
- **8.2 – Convivência com as cheias:** Implementar monitoramento via satélite de recursos hídricos pela sala de situação.
- **8.3 – Gerenciamento de riscos na bacia:** Elaborar plano de gerenciamento de riscos com fomo em estiagens e cheias extremas.

**Qualificação Exigida:** Ensino Superior Completo em Engenharia Hídrica, Geologia, Engenharia Ambiental, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil ou correlatos, desde que tenha as atribuições da Resolução nº 310/86 CONFEA com formação superior a 05 (cinco) anos. Registro no Sistema CREA/CONFEA e CNH categoria “B”.

**Atribuições do Cargo:** Compete ao profissional de nível superior, no âmbito do Programa 8 – Segurança Hídrica e Eventos Críticos, conforme diretrizes do PAP CBH Doce 2026–2030:

- Elaborar, analisar e acompanhar estudos, projetos e termos de referência voltados à ampliação da segurança hídrica na bacia, especialmente relacionados a sistemas de abastecimento público e estruturas hidráulicas;

- Atuar na fiscalização técnica de contratos, convênios e instrumentos de transferência relacionados a obras e serviços de recursos hídricos;
- Emitir pareceres técnicos, relatórios de acompanhamento físico-financeiro e validação de medições;
- Desenvolver diagnósticos de vulnerabilidade hídrica e propor soluções técnicas para mitigação de escassez hídrica;
- Atuar na formulação e acompanhamento de projetos estruturantes voltados à convivência com períodos de estiagem;
- Apoiar a implementação e operação de sistemas de monitoramento hidrológico e hidrometeorológico, incluindo ferramentas de sensoriamento remoto e monitoramento via satélite;
- Contribuir com a operacionalização da sala de situação, incluindo análise de dados, elaboração de boletins e suporte à tomada de decisão em eventos críticos;
- Elaborar, analisar e acompanhar estudos, projetos e termos de referência para a elaboração e implementação de planos de gerenciamento de riscos hidrológicos, com foco em eventos extremos (estiagens e cheias);
- Alimentar e manter atualizados sistemas de informação e bases de dados institucionais;
- Executar atividades compatíveis com sua formação e atribuições legais, conforme demandas institucionais e diretrizes da gestão.

## **CARGO 02 – TÉCNICO PLENO – NÍVEL SUPERIOR**

**Descrição:** Profissional de nível superior designado para o desempenho de atividades técnicas especializadas a serem desenvolvidas no âmbito do **PROGRAMA 13 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA O SETOR DE SANEAMENTO**, no que se refere à **FINALIDADE 02 – AGENDA SETORIAL**, que englobam os seguintes subprogramas do PIRH-Doce, conforme hierarquização contida no PAP CBH Doce 2026-2030:

- **13.1 – Aperfeiçoamento dos Sistemas de Abastecimento de Água, incluindo redução de perdas:** Gerenciar, fiscalizar e acompanhar obras para controle e redução de perdas de água em sistemas públicos de distribuição (PROTRATAR Obras).
- **13.2 - Efetivação do Enquadramento:** Gerenciar, fiscalizar e acompanhar obras para implantação, expansão e adequação de sistemas de efluentes domésticos (PROTRATAR Obras).

**Qualificação Exigida:** Ensino Superior Completo em Engenharia Sanitária ou Engenharia Civil, Engenharia Ambiental ou correlatos, desde que tenha as atribuições da Resolução nº 310/86 CONFEA com formação superior a 05 (cinco) anos. Registro no Sistema CREA/CONFEA e CNH categoria “B”.

**Atribuições do Cargo:** Compete ao profissional de nível superior, no âmbito do Programa 13 – Desenvolvimento de Ações para o Setor de Saneamento, conforme diretrizes do PAP CBH Doce 2026–2030:

- Elaborar, analisar e acompanhar estudos, diagnósticos, projetos e termos de referência relacionados aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Gerenciar, fiscalizar e acompanhar obras voltadas ao controle e redução de perdas em sistemas públicos de abastecimento de água;

- Avaliar indicadores operacionais, tais como perdas físicas e aparentes, eficiência de distribuição e continuidade do abastecimento;
- Propor soluções técnicas para melhoria da eficiência hídrica, incluindo setorização, macromedição, micromedição e controle de pressão;
- Gerenciar, fiscalizar e acompanhar obras de implantação, ampliação e adequação de sistemas de coleta, transporte e tratamento de efluentes domésticos;
- Avaliar a efetividade das intervenções quanto à melhoria da qualidade da água e ao atendimento às metas de enquadramento dos corpos hídricos;
- Apoiar tecnicamente ações relacionadas à implementação do enquadramento, com base em parâmetros de qualidade e padrões legais vigentes;
- Atuar na fiscalização técnica de contratos de obras e serviços de engenharia, incluindo verificação de conformidade com projetos, cronogramas e especificações técnicas;
- Validar medições, relatórios de execução físico-financeira e documentação técnica das contratadas;
- Acompanhar indicadores de desempenho dos projetos apoiados, incluindo eficiência operacional, redução de perdas, ampliação de cobertura e melhoria da qualidade dos corpos hídricos;
- Elaborar relatórios técnicos de acompanhamento, avaliação de resultados e consolidação de dados;
- Apoiar a integração das ações de saneamento com os instrumentos de gestão de recursos hídricos, especialmente enquadramento e planejamento da bacia;
- Alimentar sistemas de informação e bases institucionais pertinentes;



- Interagir com municípios, prestadores de serviços de saneamento, comitês de bacia e órgãos gestores, como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas;
- Executar atividades compatíveis com sua formação e atribuições legais, conforme demandas institucionais e diretrizes da gestão.



### **CARGO 03 – TÉCNICO PLENO – NÍVEL SUPERIOR**

**Descrição:** Profissional de nível superior designado para o desempenho de atividades técnicas especializadas a serem desenvolvidas no âmbito do **PROGRAMA 13 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA O SETOR DE SANEAMENTO**, no que se refere à **FINALIDADE 02 – AGENDA SETORIAL**, que englobam os seguintes subprogramas do PIRH-Doce, conforme hierarquização contida no PAP CBH Doce 2026-2030:

- **13.1 – Aperfeiçoamento dos Sistemas de Abastecimento de Água, incluindo redução de perdas:** Elaborar estudos, planos, projetos de engenharia ou serviços para controle e redução de perdas de água em sistemas públicos de distribuição (PROTRATAR Projetos) e, elaboração, revisão ou atualização dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);
- **13.2 - Efetivação do Enquadramento:** Elaborar estudos, planos, projetos de engenharia para implantação, expansão e adequação de sistemas de efluentes domésticos (PROTRATAR Projetos).

**Qualificação Exigida:** Ensino Superior Completo em Engenharia Sanitária ou Engenharia Civil, Engenharia Ambiental ou correlatos, com formação superior a 05 (cinco) anos, desde que tenha as atribuições da Resolução nº 310/86 CONFEA. Registro no Sistema CREA/CONFEA e CNH categoria “B”.

**Atribuições do cargo:** Compete ao profissional de nível superior, no âmbito do Programa 13 – Desenvolvimento de Ações para o Setor de Saneamento, conforme diretrizes do PAP CBH Doce 2026–2030:

- Elaborar, analisar e revisar estudos técnicos, diagnósticos, planos, anteprojetos e projetos executivos de engenharia voltados aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Desenvolver termos de referência, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamentos e cronogramas físico-financeiros;



- Elaborar estudos e projetos para controle e redução de perdas em sistemas públicos de distribuição de água, incluindo setorização, macromedição, micromedição e controle de pressão;
- Realizar diagnósticos operacionais e propor soluções para aumento da eficiência hídrica e energética dos sistemas;
- Elaborar estudos e projetos de engenharia para implantação, ampliação e adequação de sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos domésticos;
- Dimensionar unidades e sistemas com base em critérios técnicos, normativos e projeções de demanda;
- Incorporar soluções sustentáveis e tecnologias adequadas às realidades locais;
- Desenvolver estudos que subsidiem a efetivação do enquadramento dos corpos hídricos, avaliando a contribuição das intervenções de saneamento na melhoria da qualidade da água;
- Compatibilizar projetos com metas de qualidade estabelecidas nos instrumentos de planejamento da bacia;
- Compatibilizar projetos com normas técnicas, legislações vigentes e diretrizes de órgãos reguladores e financiadores;
- Apoiar processos de licenciamento ambiental, regularização e captação de recursos para implantação das intervenções;
- Elaborar notas técnicas, pareceres, relatórios e documentos técnicos relacionados às ações do Programa 13;
- Organizar e manter atualizadas bases de dados, projetos e informações técnicas em sistemas institucionais;

- Acompanhar indicadores de desempenho dos projetos elaborados, avaliando sua efetividade e aderência às metas do PAP e do PIRH Doce;
- Interagir com municípios, prestadores de serviços de saneamento, comitês de bacia e órgãos gestores, como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas;
- Executar atividades compatíveis com sua formação e atribuições legais, conforme demandas institucionais e diretrizes da gestão.



#### **CARGO 04 – TÉCNICO PLENO – NÍVEL SUPERIOR**

**Descrição:** Profissional de nível superior designado para o desempenho de atividades técnicas especializadas a serem desenvolvidas no âmbito do **PROGRAMA 16 - PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**, no que se refere à **FINALIDADE 02 – AGENDA SETORIAL**, que englobam os seguintes subprogramas do PIRH-Doce, conforme hierarquização contida no PAP CBH Doce 2026-2030:

- **16.1 – Iniciativa RIO VIVO:** Elaborar estudos, planos, projetos ou intervenções destinadas à conservação de solo para controle da erosão e proteção dos recursos hídricos;
- **16.2 - Implementação de Projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e infraestruturas complementares:** Realizar a estruturação, desenvolvimento e realização de programas e projetos destinados a pagamentos por serviços ambientais (PSA) de proteção dos recursos hídricos.

**Qualificação Exigida:** Ensino Superior Completo em Engenharia Sanitária, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Agronomia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Gestão Ambiental ou correlatos, com formação superior a 05 (cinco) anos. Registro no Sistema CREA/CONFEA e CNH categoria “B”.

**Atribuições do cargo:** Compete ao profissional de nível superior, no âmbito do Programa 16 – Proteção e Conservação dos Recursos Hídricos, conforme diretrizes do PAP CBH Doce 2026–2030:

- Elaborar, analisar e acompanhar estudos, diagnósticos, planos, projetos e termos de referência voltados à conservação de solo e água em áreas rurais e periurbanas;
- Propor soluções técnicas para mitigação de processos erosivos, controle de sedimentos e melhoria da infiltração hídrica, com foco na proteção de mananciais;

- Planejar, coordenar e acompanhar a execução de intervenções hidroambientais, tais como barraginhas, caixas secas, terraceamento, adequação de estradas vicinais e recuperação de nascentes;
- Atuar na integração entre projetos executivos, equipes de campo e fiscalização técnica, assegurando conformidade com os padrões estabelecidos;
- Monitorar indicadores de desempenho físico e ambiental das ações implementadas, incluindo redução de carga de sedimentos e melhoria da qualidade hídrica;
- Apoiar a estruturação, implementação e acompanhamento de programas de PSA voltados à proteção de recursos hídricos;
- Elaborar critérios técnicos para seleção de áreas prioritárias, elegibilidade de beneficiários e definição de métricas de desempenho ambiental;
- Acompanhar contratos, termos de adesão e instrumentos de incentivo, avaliando resultados e conformidade das ações apoiadas;
- Atuar na fiscalização técnica de contratos, convênios e instrumentos de transferência relacionados a ações hidroambientais e PSA;
- Validar medições, relatórios técnicos e entregas contratuais, assegurando a aderência aos projetos aprovados e às normas vigentes;
- Alimentar e manter atualizados sistemas de informação e bases de dados institucionais;
- Elaborar notas técnicas, relatórios, pareceres e documentos técnicos relacionados às ações do Programa 16;
- Interagir com municípios, comitês de bacia e órgãos gestores, como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas;



- Executar atividades compatíveis com sua formação e atribuições legais, conforme demandas institucionais e orientações da gestão.



**ANEXO II - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA ANÁLISE DO CURRÍCULO E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE EXPERIÊNCIA**

<b>PROFISSIONAL – CARGO 01</b>		
<b>CURSOS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor), ou certificado/declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, fornecido pela instituição de ensino, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado.	1,00	1,00
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre), ou certificado/declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, fornecido pela instituição de ensino, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado.	0,70	0,70
Certificado de conclusão de curso de especialização <i>lato sensu</i> , reconhecido pelo MEC, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado - carga horária mínima de 360h.	0,50	0,50
Curso de capacitação técnica nas áreas relacionadas à gestão de projetos, orçamentos de projetos, gestão de contratos, administração pública – carga horária mínima de 20h	0,15	0,15
Curso de capacitação técnica nas áreas relacionadas à segurança hídrica – carga horária mínima de 20h.	0,15	0,15



<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Experiência profissional em atividades técnicas especializadas relacionadas à coordenação e/ou direção e/ou execução e/ou fiscalização de estudos, planos, projetos ou obras para uso e gestão de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos e/ou sistemas hidrológicos e/ou sistemas de informações hidrológicas e/ou circuitos hídricos.	<p>Será atribuída a pontuação máxima ao candidato que obtiver, comprovadamente, o maior número de dias de experiência profissional.</p> <p>Os demais candidatos serão classificados em ordem decrescente, sendo pontuados proporcionalmente aos dias de experiência profissional devidamente comprovados.</p>	7,50
<b>TOTAL</b>		<b>10,00</b>

<b>PROFISSIONAL – CARGO 02</b>		
<b>CURSOS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor), ou certificado/declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, fornecido pela instituição de ensino, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado.	1,00	1,00



Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre), ou certificado/declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, fornecido pela instituição de ensino, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado.	0,70	0,70
Certificado de conclusão de curso de especialização <i>lato sensu</i> , reconhecido pelo MEC, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado - carga horária mínima de 360h.	0,50	0,50
Curso de capacitação técnica na área de elaboração de projetos de sistemas de esgotamento sanitário e/ou sistemas de abastecimento de água potável – carga horária mínima de 20h.	0,15	0,15
Curso de capacitação técnica na área de acompanhamento de obras e/ou orçamentos de sistemas de esgotamento sanitário e/ou de sistemas de abastecimento de água potável – carga horária mínima de 20h.	0,15	0,15
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Experiência profissional em atividades técnicas especializadas relacionadas à coordenação e/ou direção e/ou execução e/ou fiscalização de obras para implantação, expansão e adequação de sistemas de abastecimento de água potável e/ou sistemas de esgotamento sanitário.	Será atribuída a pontuação máxima ao candidato que obtiver, comprovadamente, o maior número de dias de experiência profissional.  Os demais candidatos serão classificados em	7,5



	ordem decrescente, sendo pontuados proporcionalmente aos dias de experiência profissional devidamente comprovados.	
<b>TOTAL</b>		<b>10,00</b>

<b>PROFISSIONAL – CARGO 03</b>		
<b>CURSOS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor), ou certificado/declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, fornecido pela instituição de ensino, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado.	1,00	1,00
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre), ou certificado/declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, fornecido pela instituição de ensino, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado.	0,70	0,70
Certificado de conclusão de curso de especialização <i>lato sensu</i> , reconhecido pelo MEC, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado - carga horária mínima de 360h.	0,50	0,50
Curso na área de elaboração de projetos de sistemas de esgotamento sanitário	0,15	0,15



e/ou sistemas de abastecimento de água potável – carga horária mínima de 20h.		
Curso na área de acompanhamento de obras e/ou orçamentos de sistemas de esgotamento sanitário e/ou de sistemas de abastecimento de água potável – carga horária mínima de 20h.	0,15	0,15
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Experiência profissional em atividades técnicas especializadas relacionadas à coordenação e/ou direção e/ou execução e/ou fiscalização de estudos, planos, projetos ou obras para implantação, expansão e adequação de sistemas de saneamento básico.	Será atribuída a pontuação máxima ao candidato que obtiver, comprovadamente, o maior número de dias de experiência profissional.  Os demais candidatos serão classificados em ordem decrescente, sendo pontuados proporcionalmente aos dias de experiência profissional devidamente comprovados.	7,5
<b>TOTAL</b>		<b>10,00</b>

<b>PROFISSIONAL – CARGO 04</b>		
<b>CURSOS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor), ou certificado/declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, fornecido pela instituição de ensino, nas	1,00	1,00



áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado.		
Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre), ou certificado/declaração de conclusão acompanhada do histórico escolar, fornecido pela instituição de ensino, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado.	0,70	0,70
Certificado de conclusão de curso de especialização <i>lato sensu</i> , reconhecido pelo MEC, nas áreas correlatas às atividades do cargo pleiteado - carga horária mínima de 360h.	0,50	0,50
Curso de capacitação técnica na área de recuperação de áreas degradadas, de conservação de solo, de recuperação e proteção de nascentes ou em relação a pagamentos por serviços ambientais – carga horária mínima de 20h.	0,15	0,15
Curso de capacitação técnica na área de saneamento rural – carga horária mínima de 20h.	0,15	0,15
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Experiência profissional em atividades técnicas especializadas relacionadas a controle de atividades geradoras de sedimentos, conservação de solo para controle da erosão, proteção dos recursos hídricos, saneamento rural e recomposição de áreas de preservação permanente (APPs) e nascentes, pagamentos por serviços ambientais (PSA).	Será atribuída a pontuação máxima ao candidato que obtiver, comprovadamente, o maior número de dias de experiência profissional.  Os demais candidatos serão classificados em ordem decrescente, sendo pontuados proporcionalmente aos	7,5





	dias de experiência profissional devidamente comprovados.	
--	--	--



**ANEXO III - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTAS**

<b>PROFISSIONAL – CARGO 01</b>	
Formação exigida	Formação superior a 05 (cinco) anos.
Atribuições do cargo	Desempenho de atividades técnicas especializadas, de acordo com a sua formação, competências e definidas pelo Sistema CREA/CONFEA a serem desenvolvidas no âmbito do Programa – Segurança Hídrica e Eventos Críticos e operacionalização dos instrumentos de gestão, especialmente no que se refere à FINALIDADE 01 – GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, conforme hierarquização contida no PAP CBH DOCE 2026-2030. Os profissionais contratados recolherão Anotação de Responsabilidade Técnica – ARTs, ou documento equivalente no respectivo conselho profissional, dos trabalhos executados.

<b>TABELA DE PONTUAÇÃO – ENTREVISTA – CARGO 1</b>		
<b>Critério</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Pontuação</b>
<b>Conhecimento técnico na área</b>	Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e suas atualizações; Lei Estadual nº 13.199/1999 (Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais) e suas atualizações; Lei Estadual nº 10.179/2014 (Política Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo) e suas atualizações; Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce.	2
	<b>Infraestruturas hidráulicas para abastecimento</b> Captação / Tratamento / Reservação / Distribuição (NBR 12211/1992/NBR12212/2017/NBR12213/1992/12214/1992/12216/1992/12217/1994)	5



<b>Desenvoltura</b>	Linguagem clara, objetiva e acessível	1
	Capacidade de argumentação	1
	Postura	1
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>



<b>PROFISSIONAL – CARGO 02</b>	
<b>Formação exigida</b>	Formação superior a 05 (cinco) anos.
<b>Atribuições do cargo</b>	Desempenho de atividades técnicas especializadas, de acordo com a sua formação, competências e definidas pelo Sistema CREA/CONFEA para o desempenho de atividades técnicas especializadas a serem desenvolvidas no âmbito do PROGRAMA 13 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA O SETOR DE SANEAMENTO, no que se refere à FINALIDADE 02 – AGENDA SETORIAL, que englobam os seguintes subprogramas do PIRH-Doce, conforme hierarquização contida no PAP CBH Doce 2026-2030: 13.1 – Aperfeiçoamento dos Sistemas de Abastecimento de Água, incluindo redução de perdas: Gerenciar, fiscalizar e acompanhar obras para controle e redução de perdas de água em sistemas públicos de distribuição; 13.2 - Efetivação do Enquadramento: Gerenciar, fiscalizar e acompanhar obras para implantação, expansão e adequação de sistemas de efluentes domésticos. Os profissionais contratados recolherão Anotação de Responsabilidade Técnica - ARTs, ou documento equivalente no respectivo conselho profissional, dos trabalhos executados.

<b>TABELA DE PONTUAÇÃO – ENTREVISTA – CARGO 2</b>		
<b>Critério</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Pontuação</b>
<b>Conhecimento técnico na área</b>	<p>Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e suas atualizações;</p> <p>Lei Federal n.º 11.445/2007 (Política Nacional de Saneamento Básico) e suas atualizações;</p> <p>Lei Estadual nº 13.199/1999 (Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais) e suas atualizações;</p>	2



	<p>Lei Estadual nº 10.179/2014 (Política Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo) e suas atualizações;</p> <p>Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce.</p>	
	<p><b>Sistemas de Abastecimento de Água</b>            Captação/ Tratamento / Reservação / Distribuição (NBR 12211/1992/NBR 12212/2017/NBR12213/1992/12214/1992/12216/1992/12217/1994)</p> <p><b>Sistemas de Esgotamento Sanitário</b>            Coleta / Transporte / Tratamento / Disposição final (NBR 12207/2016/NBR 12209/2011/NBR 9648/1986)</p>	5
<b>Desenvoltura</b>	Linguagem clara, objetiva e acessível	1
	Capacidade de argumentação	1
	Postura	1
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>



<b>PROFISSIONAL – CARGO 03</b>	
Formação exigida	Formação superior a 05 (cinco) anos.
Atribuições do cargo	<p>Desempenho de atividades técnicas especializadas, de acordo com a sua formação, competências e definidas pelo Sistema CREA/CONFEA para o desempenho de atividades técnicas especializadas a serem desenvolvidas no âmbito do PROGRAMA 13 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA O SETOR DE SANEAMENTO, no que se refere à FINALIDADE 02 – AGENDA SETORIAL, que englobam os seguintes subprogramas do PIRH-Doce, conforme hierarquização contida no PAP CBH Doce 2026-2030: 13.1 – Aperfeiçoamento dos Sistemas de Abastecimento de Água, incluindo redução de perdas: Elaborar estudos, planos, projetos, obras ou serviços para controle e redução de perdas de água em sistemas públicos de distribuição, e elaboração, revisão ou atualização dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); 13.2 - Efetivação do Enquadramento: Elaborar estudos, planos, projetos ou obras para implantação, expansão e adequação de sistemas de efluentes domésticos. Os profissionais contratados recolherão Anotação de Responsabilidade Técnica - ARTs, ou documento equivalente no respectivo conselho profissional, dos trabalhos executados.</p>

<b>TABELA DE PONTUAÇÃO – ENTREVISTA – CARGO 3</b>		
<b>Critério</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Pontuação</b>



<b>Conhecimento técnico na área</b>	<p>Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e suas atualizações;</p> <p>Lei Federal nº 11.445/2007 (Política Nacional de Saneamento Básico) e suas atualizações;</p> <p>Lei Estadual nº 13.199/1999 (Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais) e suas atualizações;</p> <p>Lei Estadual nº 10.179/2014 (Política Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo) e suas atualizações;</p> <p>Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce.</p>	2
	<p><b>Sistemas de Abastecimento de Água</b></p> <p>Captação/ Tratamento / Reservação / Distribuição (NBR 12211/1992/NBR 12212/2017/NBR12213/1992/12214/1992/12216/1992/12217/1994)</p> <p><b>Sistemas de Esgotamento Sanitário</b></p> <p>Coleta / Transporte / Tratamento / Disposição final (NBR 12207/2016/NBR 12209/2011/NBR 9648/1986)</p>	5
<b>Desenvoltura</b>	Linguagem clara, objetiva e acessível	1
	Capacidade de argumentação	1
	Postura	1
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>



<b>PROFISSIONAL – CARGO 04</b>	
Formação exigida	Formação superior a 05 (cinco) anos.
Atribuições do cargo	Desempenho de atividades técnicas especializadas, de acordo com a sua formação, competências e definidas pelo Conselho Federal/Regional da respectiva profissão, a serem desenvolvidas no âmbito do PROGRAMA 16 – PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, no que se refere à FINALIDADE 02 – AGENDA SETORIAL, que englobam os seguintes subprogramas do PIRH-Doce, conforme hierarquização contida no PAP CBH Doce 2026-2030: 16.1 – Iniciativa RIO VIVO: Elaborar estudos, planos, projetos ou intervenções destinadas à conservação de solo para controle da erosão e proteção dos recursos hídricos; 16.2 – Implementação de projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e infraestruturas complementares: Realizar a estruturação, desenvolvimento e realização de programas e projetos destinados a pagamentos por serviços ambientais (PSA) de proteção dos recursos hídricos. Os profissionais contratados recolherão Anotação de Responsabilidade Técnica – ARTs, ou documento equivalente no respectivo conselho profissional, dos trabalhos executados.

<b>TABELA DE PONTUAÇÃO – ENTREVISTA – CARGO 4</b>		
<b>Critério</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Pontuação</b>
<b>Conhecimento técnico na área</b>	<p>Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e suas atualizações;</p> <p>Lei Federal n.º 14.199/2021 (Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais) e suas atualizações;</p> <p>Lei Estadual nº 13.199/1999 (Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais) e suas atualizações;</p>	2



	<p>Lei Estadual nº 10.179/2014 (Política Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo) e suas atualizações;</p> <p>Plano Integrado de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce.</p>	
	<p><b>Projetos de Sistemas de Tratamento de Esgoto de Menor Porte</b> NBR 17.076/2024</p> <p><b>Código Florestal Brasileiro</b> Lei nº 12.651/2012 e suas atualizações.</p> <p><b>Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais</b> Lei Federal nº 14.119/2021 e suas atualizações.</p>	5
<b>Desenvoltura</b>	Linguagem clara, objetiva e acessível	1
	Capacidade de argumentação	1
	Postura	1
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>



## ANEXO IV - FORMULÁRIO DE CURSOS

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

### RELAÇÃO DE CURSOS

Item	Número da página do documento comprobatório	Descrição do curso (resumida)

Obs.: Obs.: Este formulário deve ser preenchido com os dados do candidato, descrição dos cursos com seus respectivos documentos comprobatórios para entrega no ato da inscrição, conforme item 5.12 do Edital de Seleção.

Declaro que os documentos apresentados para serem avaliados correspondem à minha participação pessoal em eventos educacionais, nos quais obtive êxito de aprovação. Declaro, ainda, que ao encaminhar a documentação listada na relação acima para avaliação, estou ciente de que assumo todos os efeitos previstos no edital





do Edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026, quanto à plena autenticidade e validade deles, inclusive no que toca às sanções e efeitos legais.

Abaixo dato e assino.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

*(Assinado Eletronicamente)*

Nome do candidato:



**ANEXO V - FORMULÁRIO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA:**

Item	Número da página do documento comprobatório	Tipo do documento comprobatório	Descrição da experiência (resumida)	Período computado em dias

Obs.: Este formulário deve ser preenchido com os dados do candidato, descrição da experiência profissional com seus respectivos documentos comprobatórios para entrega no ato da inscrição, conforme item 5.12 do Edital de Seleção.

Declaro que os documentos apresentados para serem avaliados correspondem à minha experiência profissional compatível com o cargo pleiteado. Declaro, ainda, que ao encaminhar a documentação listada na relação acima para avaliação, estou ciente de que assumo todos os efeitos previstos no edital do Edital de Seleção de Pessoal





nº 01/2026, quanto à plena autenticidade e validade dos mesmos, inclusive no que toca às sanções e efeitos legais.

Abaixo dato e assino.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

*(Assinado Eletronicamente)*

Nome do candidato:





**ANEXO VII – CRONOGRAMA**

<b>ETAPA</b>	<b>PERÍODO</b>
Publicação do edital de Seleção de Pessoal nº 01/2026	15/06/2026
Período de inscrições	16/06/2026 a 16/07/2026
Prazo final para envio de Solicitação de esclarecimentos e dúvidas	08/07/2026
Divulgação dos candidatos inscritos	17/07/2026
Análise do currículo e documentos comprobatórios de experiência	20/07/2026 a 24/07/2026
Resultado da Análise do currículo e documentos comprobatórios de experiência	27/07/2026
Interposição de Recursos da Análise do currículo e documentos comprobatórios de experiência	28/07/2026 a 30/07/2026
Resultado da Análise do currículo e documentos comprobatórios de experiência após recursos	03/08/2026
Convocação para Entrevista pessoal estruturada	04/08/2026
Realização da Entrevista pessoal estruturada	05/08/2026 a 11/08/2026
Resultado da Entrevista pessoal estruturada	12/08/2026
Interposição de Recursos da Entrevista pessoal estruturada	13/08/2026 a 17/08/2026
Resultado da Entrevista pessoal estruturada após recursos	19/08/2026
Divulgação do Resultado Final	20/08/2026
Interposição de recursos do Resultado Final	21/08/2026 a 25/08/2026
Resultado Final após recursos	27/08/2026





ETAPA	PERÍODO
Homologação do resultado	27/08/2026

